

Equador - a busca de paz em meio à guerra



Por **IRENE LEÓN***

A paz, princípio ético de uma nação, é no Equador o alvo silencioso de uma guerra que usa o caos como cortina de fumaça para desmontar soberanias e saquear futuros

1.

Kristi Noem visitou a antiga base militar de Manta e também a de Salinas, no Equador. Foi um evento predominantemente informal, sem declarações públicas. Mas esta não foi uma visita comum, e não ocorreu em qualquer contexto. Ela era ninguém menos que a Secretária de Segurança Interna dos EUA, e a visita aconteceu em 5 de novembro de 2025, em meio a uma campanha de referendo sobre a possível eliminação da cláusula constitucional que proíbe bases e instalações militares estrangeiras no país.

É um contexto em que, embriagado pelo poder, o presidente equatoriano, Daniel Noboa, convocou uma Consulta Popular que envolve a eventual convocação de uma Assembleia Constituinte, com vistas a uma hipotética reedição da Constituição, embora a vigente seja considerada uma das melhores do mundo, justamente pela abrangência de sua abordagem e pela centralidade do Bem Viver.

A Constituição atual estrutura-se em torno da defesa das soberanias: geopolítica, econômica, alimentar, energética, digital e outras. Reconhece o Estado como plurinacional e protege a diversidade econômica e produtiva com mecanismos para controlar o poder de mercado. Estabelece a garantia de todos os direitos coletivos e individuais, e até mesmo de novos direitos, como os direitos da natureza, o que implica, entre outras coisas, o respeito aos ecossistemas, territórios e povos diante das práticas extrativistas. Nessa perspectiva, delineia uma abordagem de política externa articulada em círculos concêntricos focados na região, no Sul Global e no mundo multipolar.

O subterfúgio para demolir esse instrumento único é a segurança, que foi colocada como a questão monotemática nacional, no âmbito do “conflito armado interno” que o próprio Daniel Noboa declarou em 2024, sob o pretexto de combater o narcoterrorismo e o crime organizado, em um país que até 2017, ano do retorno ao neoliberalismo, era o segundo mais pacífico e seguro da região.

Assim, com os mecanismos de conflito armado interno intervindo, reina o caos no Equador, um caos induzido tanto pela incursão de negócios ilícitos, inicialmente estrangeiros, agora com nichos principalmente na agroexportação e no setor financeiro, quanto pela opacidade da gestão governamental, em um Estado onde a *guerra jurídica* e a militarização atuam como a combinação devastadora da institucionalidade, na busca pelo mercado total.

2.

O Equador é um país rico em recursos, biodiversidade, diversas zonas ecológicas, ecossistemas excepcionais, água,

minerais, petróleo e uma posição geográfica única, no centro do mundo, com uma localização que o conecta à Amazônia e, por meio dela, ao Atlântico, com portos quase naturais na costa do Pacífico e uma província insular: o arquipélago de Galápagos, reconhecido por sua biodiversidade única e também por sua posição geopolítica em um dos pontos mais extremos da região no Pacífico oriental.

Claramente, tanto sua localização geopolítica quanto suas riquezas fazem do país alvo de diversos interesses: interesses corporativos, especialmente aqueles relacionados a recursos naturais e energéticos; interesses geopolíticos, especialmente os dos Estados Unidos, com seu plano geoestratégico para controlar o Indo-Pacífico; e, relacionados a ambos, os do expansionismo, principalmente associados ao complexo militar-industrial americano, que é majoritariamente privado e também corporativo.

Este grupo de atores tem suas próprias aspirações ao exigir a eliminação dos princípios constitucionais da soberania geopolítica e da gestão endógena dos recursos.

Durante o período de 2017 a 2025, houve uma presença significativa dos EUA, com o governo americano e suas instituições atuando como vanguarda, atrás da qual suas corporações estavam diretamente posicionadas. Três acordos militares e uma lei foram assinados: o *Acordo de Assistência à Interceptação Aérea* (agosto de 2023), o *Acordo sobre o Estatuto das Forças* (setembro de 2023) e o *Acordo sobre Operações contra Atividades Marítimas Transnacionais Ilícitas (SHIPRIDER)* (janeiro de 2024). Enquanto isso, a *Lei de Cooperação EUA-Ecuador* (dezembro de 2022) é uma lei neocolonial que rege o Ecuador.

Esses instrumentos delineiam uma ocupação virtual dos EUA sobre o ar, o mar, a terra e o ciberespaço, garantindo simultaneamente imunidade diplomática às suas forças, que são regidas pela lei dos EUA, e não pela lei equatoriana. Além disso, sob o pretexto de cooperação em segurança, estão sendo planejadas operações geoestratégicas, militares e de inteligência, incluindo o potencial estabelecimento de pontos de apoio (ou bases) para confrontar atores geopolíticos “maliciosos”, particularmente a China, e também toda a região do Indo-Pacífico e da Eurásia.

Dada a magnitude desses acordos, poder-se-ia argumentar que qualquer potencial emenda constitucional para estabelecer seus fundamentos e pontos de referência seria mera formalidade. Contudo, em um país que, sob a proteção de sua Constituição, já denunciou o Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (ICSID), que fomentou a criação de uma rede de países afetados por empresas transnacionais e promoveu o Instrumento Vinculativo das Nações Unidas sobre Empresas Transnacionais e Direitos Humanos, tanto as empresas quanto seus países patrocinadores preferem desmantelar completamente o projeto alternativo contido na Constituição. Assim, se a revisão constitucional for conduzida pelos atores do mercado total, a destruição aberta do Estado se acelerará.

3.

Nesta nova fase, a incursão ilegal de empresas de segurança privada como contrapartes do Estado ou de empresas nacionais está em discussão. Um exemplo disso é a assinatura de uma “aliança estratégica” com o mercenário Erik Prince, chefe da *Academi*, antiga *Blackwater*, em março de 2025, por Daniel Noboa, alegando a necessidade de “ajuda internacional” para fortalecer as capacidades no combate ao crime organizado, ao narcotráfico e à pesca ilegal.

A incursão de mercenários privados na área de segurança e defesa é proibida pela Constituição vigente, bem como pelo direito internacional, incluindo a *Convenção Internacional contra o Recrutamento, a Utilização, o Financiamento e o Treinamento de Mercenários*, da qual o Ecuador é signatário.

No modelo do Príncipe, mundialmente famoso por graves violações dos direitos humanos, são tomadas medidas extremas para “erradicar” o caos induzido ou para realizar deslocamentos populacionais em massa, a fim de limpar áreas de mineração e exploração similar, como evidenciado no Congo ou no Haiti, onde, adicionalmente, seus mandatos contemplam a regulamentação da tributação e o controle de fronteiras.

No Equador, com afirmações como a de que grupos criminosos também violam os direitos humanos, Daniel Noboa está criando um precedente no uso da força, respondendo militarmente a problemas sociopolíticos, como movimentos sociais ou protestos. Em setembro-outubro de 2025, uma greve nacional que reivindicava direitos básicos, como alimentação, trabalho e saúde, foi violentamente reprimida sob o pretexto de ser uma manifestação do crime organizado. No entanto, esse crime organizado não está concentrado nos Andes ou entre as comunidades indígenas, mas sim nos portos de exportação de banana e no setor financeiro.

Nesse contexto, em vez de atender às demandas da população, o governo de Daniel Noboa concentrou-se na mineração e usou o pretexto da repressão à mobilização cidadã para militarizar vastas áreas, como a província andina de Imbabura, onde surgiram evidências de uma das maiores reservas mundiais de ouro, prata e cobre. Houve bombardeios, como em guerra aberta, sob o pretexto de expulsar a mineração ilegal e, reiteramos, erradicar incidentalmente os protestos sociais.

Nessa área, o governo de Daniel Noboa concedeu à empresa australiana *Sold Gold* um depósito de cerca de 50 quilômetros quadrados em 2024, com uma vida útil projetada de cerca de 50 anos, com um material mineralizado estimado em 2,4 trilhões de toneladas, mais de 23 milhões de onças de ouro e 10,9 milhões de toneladas de cobre, cujo investimento poderia chegar a 26 bilhões de dólares.

Isso aconteceu sem qualquer alteração na Constituição que salvaguarda a soberania do país e os direitos da natureza; além disso, ocorreu bem debaixo do nariz de um povo que acabara de se manifestar a favor do respeito a esses princípios, em um referendo que rejeitou a exploração mineral em Chocó em 2023.

4.

Nesses parâmetros, os danos humanos e ambientais resultantes da exploração desses recursos deixam pouca expectativa de recuperação populacional a curto ou médio prazo, e ainda menos de reparação. Por outro lado, os danos humanos e ecológicos causados pelo uso de resíduos radioativos no bombardeio de ecossistemas frágeis deixam marcas profundas, principalmente na vida selvagem. Também em setembro de 2025, uma das maiores mobilizações em defesa da água ocorreu em Azuay, evidenciando o alto nível de contaminação gerado pelo uso de mercúrio e arsênio na mineração.

Esses exemplos demonstram como a escalada da guerra em áreas ricas em minerais está intimamente ligada à ocupação privada de territórios. No entanto, em áreas utilizadas para o tráfico ou exportação de drogas, como portos, não foram encontrados resultados conclusivos.

Retomando os interesses da Secretária de Segurança Interna dos EUA, Kristi Noem, que visitou o país para decidir sobre a localização de uma base militar no território continental equatoriano, independentemente da proibição constitucional ou da decisão popular sobre instalações estrangeiras, cabe ressaltar que seu principal objetivo é explicitamente as Ilhas Galápagos, a 965 quilômetros do continente.

Para esse fim, além dos já mencionados Acordos sobre o Estatuto das Forças (SOFA) e do acordo de cooperação militar SHIPRIDER, o Conselho de Governo do Regime Especial da Província de Galápagos emitiu uma resolução (12/2024) aprovando o “Projeto Abrangente de Segurança na Região Insular” e autorizando o destacamento de pessoal militar, navios, aeronaves, submarinos e armamentos dos EUA no arquipélago. Desta vez, a justificativa refere-se à “prevenção” de conflitos ligados a cartéis narcoterroristas internacionais e, segundo Daniel Noboa, serve para controlar a pesca ilegal supostamente praticada pela China.

Mas essa rota, assim como a rota caribenha, não faz parte do itinerário preferido de negócios ilícitos que visam principalmente a América do Norte e a Europa. No entanto, ela é um componente-chave do polígono do Pacífico,^[1] que é a estratégia militar e geoeconômica dos EUA para controlar o Indo-Pacífico, especialmente a China. Vale ressaltar que as disputas com a China não são do Equador; são os Estados Unidos que estão envolvidos em uma luta pelo poder com esse país.

Além disso, o interesse dos Estados Unidos nas Ilhas Galápagos é histórico. Durante a Segunda Guerra Mundial (1941-1946), após o ataque a Pearl Harbor, os EUA estabeleceram uma base militar – conhecida como “A Rocha” – na Ilha de Baltra. Lá, operavam a pista de pouso mais longa da América do Sul e, causando danos ambientais irreparáveis, ela era usada para reabastecer aeronaves navais.

Cerca de 2.400 militares serviram ali, incluindo um esquadrão de bombardeiros pesados, uma companhia de infantaria reforçada, uma bateria de artilharia costeira, um pelotão de holofotes costeiros e um destacamento da base aérea. Atualmente, além de sua proximidade com a costa do Pacífico Asiático, essa parte do Equador é vista como um ponto estratégico para monitorar a América Central, particularmente o Canal do Panamá.

5.

Nos últimos tempos, como já mencionamos, desde a declaração de guerra interna de Daniel Noboa, o caos e a violência se alastraram pelo Equador, originados tanto pelo crime organizado quanto pelo próprio governo. Há extensas operações de manipulação psicológica em curso para gerar medo e convencer a população de que o principal problema do país é a violência e que, para resolvê-lo, é preciso intensificar a guerra, recorrendo a acordos militares com os Estados Unidos, a contratos com entidades privadas como o mercenário Erik Prince e à alteração da Constituição.

Dado este contexto, uma base militar em Manta, em Baltra, em todo o arquipélago de Galápagos, ou em todo o país como base militar dos EUA serve apenas os interesses geoestratégicos desse país, os seus planos expansionistas para controlar a região da América Latina e do Caribe, e especialmente a sua estratégia de segurança no Indo-Pacífico e os cenários estabelecidos no Diálogo Quadrilateral -QUAD-, onde Galápagos, como o ponto mais proeminente a leste da região, amplifica as linhas anteriores e expande significativamente o campo de ação no Indo-Pacífico e em direção à América do Sul.^[2]

Para o Equador, o envolvimento em planos militares dessa magnitude representa um perigo em todas as frentes. Primeiro, a militarização do país, que já está completa, transformou-o em um território sem perspectivas de futuro ou planos próprios; segundo, o caos resultante poderia se agravar com a participação direta em ações militares previsíveis, inclusive intercontinentais.

Contudo, o povo equatoriano tem declarado repetidamente seu apoio à paz, e há fortes indícios de que a próxima consulta e referendo sobre as bases militares e o futuro da Constituição irão combater a desinformação e garantir que a paz permaneça um princípio ético compartilhado na sociedade. Se isso for alcançado, o Equador poderá manter seu status de território de paz, livre de bases militares estrangeiras, conforme definido pela Constituição e também estipulado na Proclamação da CELAC, que define toda a região nesses mesmos termos.

***Irene León** é doutora em sociologia pela Universidade de Montreal.

Publicado originalmente no portal [Nodal](#).

Notas

[1] Tamara Lajtman, Aníbal García Fernández, Silvina Romano (2025). Lawfare e geopolítica: a influência dos Estados Unidos no sistema judicial e nas forças de segurança no Equador (2017-2024) <https://publicaciones sociales.uba.ar/index.php/elatina/article/view/10803>

[2] Tamara Lajtman, Aníbal García Fernández e Silvina Romano (2025/11) “Dias antes do referendo no Equador: a dimensão geopolítica do Lawfare”.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)

A Terra é Redonda